INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHA VIVA

Nº 1387 - 21 de dezembro de 2017

·IMPRESSO·

CPI da Eletrobras

DIRIGENTES SINDICAIS BUSCAM ASSINATURAS PARA CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

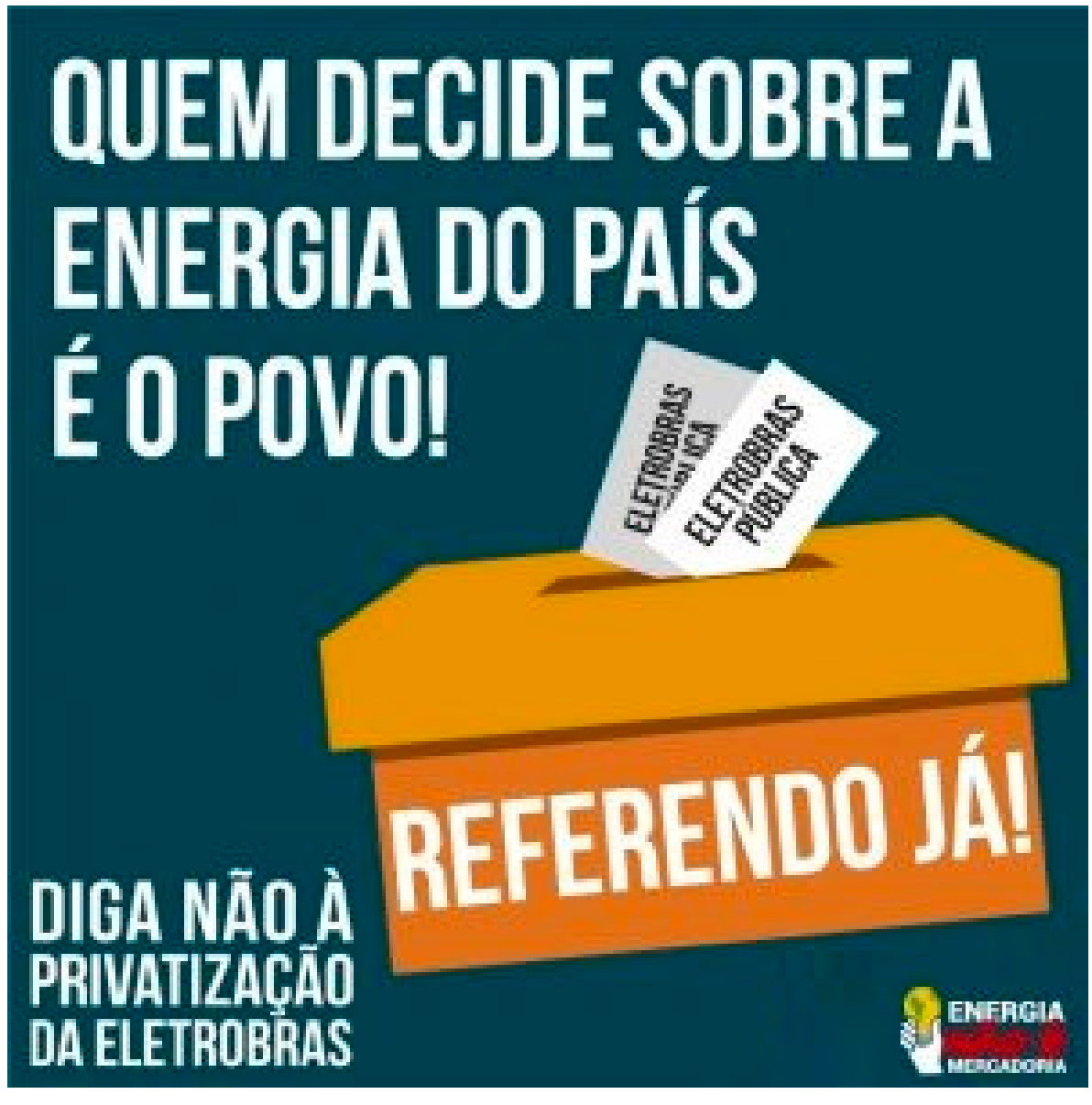
A fim de investigar possíveis favorecimentos a empresários, a partir do acesso a informações privilegiadas, e irregularidades de agentes públicos envolvidos na privatização da Eletrobras, representantes do Coletivo Nacional dos Eletricitários e parlamentares estão coletando assinaturas para que seja criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado.

Um dia antes do governo federal divulgar a privatização do Sistema Eletrobras, grandes compradores se antecederam e abocanharam ações da estatal. O Bradesco, Liquidez e Safra adquiriram ações ordinárias (com direito a voto em assembleia de acionista), a Morgan Stanley, BTG Pactual e Citi compraram ações preferenciais (com prioridade na distribuição de dividendos). A CPI deverá analisar ainda o andamento do processo de privatização da Eletrobras que se dá sem um estudo aprofundado sobre os impactos e perdas para o setor elétrico e o País.

Para a criação da CPI é necessário requerimento assinado por um terço dos senadores. A Comissão do CNE continua no Senado até que se alcance o número de assinaturas para instalação da Comissão Parlamentar.

REFERENDO JÁ!

O destino da Eletrobras poderá ser decidido pela população brasileira. Para isso, a Câmara dos Deputados deve votar o Projeto de Decreto Legislativo Nº 948, de 2001, que submete a privatização da Eletrobras a referendo popular. Para acelerar a votação, dirigentes sindicais estão requerendo, com o apoio dos deputados federais, regime de urgência para a apreciação do PDC no Plenário da Casa.



2017 RETROSPECTIVA

ELETROBRAS

INTERSUL FAZ DENÚNCIA NO MPT

Sindicatos representam contra processo de privatização da empresa

No dia 01/12, a Intersul protocolou (Protocolo Nº PR-SC-00053935/2017) no Ministério Público Federal, na Procuradoria da República em Santa Catarina, uma representação por improbidade administrativa e/ou crime de responsabilidade contra Michel Temer e Dyogo Henrique de Oliveira (Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A ação requer a instauração de Inquérito Civil Público para apurar os delitos. O foco da representação é o Decreto nº9.188/2017 que estabelece um suposto "Regime Especial de Desinvestimento de Ativos" ou seja a alienação de ativos das Sociedades de Economia Mista Federais , suas subsidiárias e controladas, para aquisição de interessados privados. O decreto prevê a avaliação dos valores econômicos-financeiros desses ativos, e determina o procedimento de divulgação, recebimento de propostas, avaliação e classificação, finalizando com a assinatura do contrato de alienação entre a estatal e o interessado. Segundo os advogados que assessoram a representação "trata-se de exceção à obrigatoriedade de licitação via decreto. Além disso sob o falso argumento de regulamentar a lei nº 13.303/2016, o decreto inova no ordenamento jurídico, criando exceção a obrigatoriedade da licitação, em ofensa frontal à Constituição e ao próprio Estatuto das Estatais". Lembram os juristas que o decreto prevê, na verdade, o procedimento de alienação de ativos que poderá resultar na descaracterização total da pessoa jurídica como Sociedade de Economia Mista, transferindo seu controle acionário para parceiros privados sem que tenha havido autorização legislativa para tanto. "Tamanha ofensa ao princípio do paralelismo das formas, e, em última análise, as competências constitucionais do Parlamento não pode prosseguir".

SETOR ELÉTRICO

EM DEFESA DA SOBERANIA

Intersul participa de lançamento de manifesto, no Rio Grande do Sul

A Intersul e o CNE (Coletivo Nacional dos Eletricitários) estiveram na semana passada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, participando de um ato em defesa da soberania e do patrimônio nacional que teve como um dos palestrantes o geólogo Guilherme Estrella, ex-diretor da Petrobras, em cuja gestão foi descoberto o pré-sal. Como resultado do evento foi lançado um "Manifesto em Defesa da Soberania e do Patrimônio Nacional" que está coletando assinaturas pelo link http://www.euconcordo.com/peticao/1701/soberaniaepatrimonionacional/. Segundo o manifesto, hoje, para que o Brasil possa se desenvolver como Nação soberana, é preciso que a população esteja unida em torno de um governo legitimamente eleito, debatendo as reformas necessárias ao país e decidindo seu futuro de forma democrática e autônoma. Para começar essa nova etapa da vida nacional, é preciso defender:

1) a suspensão das medidas antinacionais do atual governo federal;
2) a garantia de eleições livres, diretas e democráticas;
3) a realização de referendum popular, com amplo debate público, para a confirmação ou revogação das reformas aprovadas e dos decretos editados pelo atual governo sem consulta à população.

Foi ressaltada a importância das grandes estatais (Petrobras, Eletrobras) e bancos públicos que estão sofrendo processo de desmonte pelo governo atual. Na área da extração do petróleo, o governo federal eliminou a exigência legal da presença de empresas brasileiras no fornecimento de insumos para a produção do petróleo, estabelecida como forma de incentivar a indústria nacional. Mais ainda, o governo abriu completamente a exploração do petróleo do pré-sal para grandes empresas públicas e privadas internacionais, por preços inferiores ao valor real, sem demonstrar qualquer preocupação com a defesa de uma riqueza estratégica para o desenvolvimento do pais. Além do esfacelamento da Petrobrás, as iniciativas de desnacionalização e privatização de empresas brasileiras afetam também o setor elétrico, fundamental para todos os demais setores produtivos do país, ameaçando inúmeras empresas fornecedoras desse setor estabelecidas em solo nacional.

Os participantes da manifestação entendem que "não há futuro para uma nação que não preserve seu patrimônio e que não tenha autonomia para promover o desenvolvimento econômico capaz de propiciar justiça social a toda sua população, garantindo proteção ao trabalho, saúde, educação, previdência social e segurança pública de forma universal e de qualidade."

2017
RETROSPECTIVA

Chegamos à edição final do Jornal Linha Viva em 2017. Entre as festividades de fim de ano o jornal estará em recesso, tendo os Boletim da Intercel e da Intersul assumido o papel de ferramenta de comunicação com os trabalhadores nestes dias.

Como de costume, é importante olhar para este ano com senso critico, mas também com orgulho. Foi um ano muito difícil, de muitos ataques aos trabalhadores e, principalmente, de muita luta. Temos orgulho de nossa categoria, que em diversos momentos se mobilizou para defender as empresas públicas e os direitos dos trabalhadores.

2018 deve ser encarado com a mesma disposição: lutar por nossos direitos deve ser o objetivo principal do ano que está por vir.

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)
Conselho Editorial: Amilca Colombo
Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 |
E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

GREVES GERAIS

2017 foi marcado por uma grande ofensiva contra os direitos da população brasileira. O governo golpista de Michel Temer fez o povo ir às ruas protestar contra as reformas trabalhista, previdenciária e liberação irrestrita da terceirização. Duas greves gerais nacionais foram realizadas, com grande participação dos eletricitários catarinenses. Mesmo com as manifestações, as reformas trabalhista e a terceirização foram aprovadas por um congresso corrupto, deixando a luta pela aposentadoria ainda mais importante para 2018.

CELESC PÚBLICA!

A luta pela Celesc Pública esteve fortemente ligada à manutenção da concessão da empresa. Para debater a visão dos trabalhadores, a Intercel realizou o 10º Congresso dos Empregados, consolidando 20 anos de trabalho coletivo. Além disso, os trabalhadores organizados pela Intercel e pelo Representante dos Empregados no Conselho de Administração, Leandro Nunes, pressionaram os deputados estaduais com grande manifestação na ALESC, garantindo o financiamento do BID à empresa e dando um grande passo para o cumprimento das metas da Aneel.

ELETROSUL PÚBLICA!

A retomada das privatizações trouxe a Eletrobras para o centro do golpe. O governo tenta encaminhar a venda da Estatal e de suas subsidiárias, pondo em risco a soberania nacional. A Intersul, junto ao CNE, tem buscado ações junto aos parlamentares brasileiros para barrar a entrega da maior empresa de energia da América Latina ao capital privado. A campanha Energia não é Mercadoria tem mobilizado trabalhadores, políticos e movimentos sociais e sindicais na defesa da Eletrosul e da Eletrobras.

CELESC

PESQUISA COLETIVA

Enquete encerra no fim deste mês

Os trabalhadores da Celesc têm até o fim de dezembro para contribuir com a pesquisa de avaliação da atuação do representante dos empregados no Conselho de Administração da Celesc. Ao responder o questionário, os celesquianos estarão contribuindo com a representação efetiva e democrática de quem luta em defesa da manutenção da Celesc Pública e dos direitos dos trabalhadores.

A pesquisa foi encaminhada por email para todos os empregados. É rápido, fácil e de grande importância para o futuro da Celesc Pública. Participem!

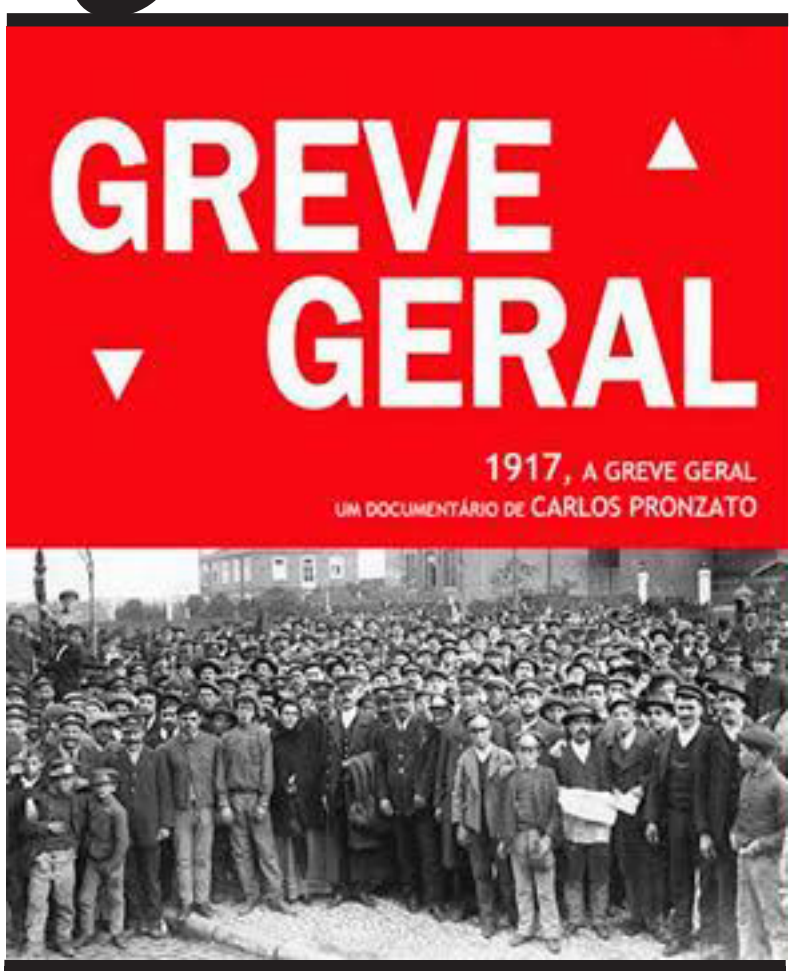
ELETROSUL

AUTOGESTÃO NA ELETROSUL: APERTEM OS CINTOS

Enquanto uns se preparam para a aposentadoria, outros preparam a empresa para a privataria

A autogestão, ironicamente sonhada por uma parte dos trabalhadores como resposta a gestões descomprometidas, parece se tornar realidade por vias tortas. Fosse a implantação formal de um sistema de autogestão com critérios pré-estabelecidos, que permitisse a autonomia de trabalho, e estaríamos falando de algo construtivo para o futuro. Mas o que se vê é bem o contrário disso. Há alguns gerentes descomprometidos com suas áreas, que mais causam danos do que efetivamente facilitam o fluxo e a gestão de seus processos de trabalho. Por outro lado, há departamentos e até Regional da Eletrosul que se encontra literalmente sem gerência desde o dia 15/12, com a aposentadoria de muitos desses gerentes. Ao constatarem que "o piloto sumiu", os trabalhadores encontram-se imobilizados, angustiados, impedidos de realizarem tarefas importantes para empresa e assistindo à inoperância de seus processos de trabalho. Coisas tão simples como pequenas despesas estão prejudicadas. Falta de planejamento? É preciso lembramos que esses gerentes recém-aposentados participaram de um programa de preparação para aposentadoria, oferecido pela Eletrosul. Enquanto planejavam, preparando-se da melhor forma para essa nova etapa, não planejavam a transição de seu cargo a futuros substitutos, deixando agora à mercê da sorte importantes áreas da empresa. Parece que a vida futura da Eletrosul é a que menos importa neste momento. Enquanto alguns se preparam para a merecida aposentadoria, outros demonstram querer preparar a empresa para outra coisa...

100 ANOS DA greve geral



PARA OBTER O FILME:

WWW.LAMESTIZAAUDIOVISUAL.COM.BR

OU

CARLOSPRONZATO@GMAIL.COM
FACEBOOK: CARLOS PRONZATO
WHATSAPP: 21 9 7995 7981

A entrevista completa com Carlos Pronzato pode ser lida no site Correio da Cidadania (www.correiodacidadania.com.br)

O ano de 2017 chega ao fim sob um tremendo espectro regressivo nas relações entre capital e trabalho, sendo o Brasil um dos principais símbolos globais do desmonte completo dos direitos sociais e trabalhistas. De outro lado, o ano também marcou o centenário da greve geral dos trabalhadores de São Paulo e da Revolução Russa, efemérides que trouxeram ao público uma série de obras a seu respeito. Sobre o primeiro caso, entrevistamos Carlos Pronzato, cineasta argentino radicado no Brasil e diretor do filme que trata da primeira grande greve da história brasileira.

"Tentamos manter intacto o contraponto entre socialistas e anarquistas, principais forças que aglutinavam o movimento social da época, mas demos a devida proeminência ao movimento anarcossindicalista e outras vertentes dessa corrente ideológica, na orientação da maré humana que lutou pela reivindicação dos seus direitos perante o patronato e as autoridades. Sem essa orientação, a greve geral não teria atingido a envergadura que atingiu em julho de 1917".

Na conversa, Pronzato descreve as características sociais e ideológicas daquele movimento, cuja história até hoje é menos conhecida do que deveria por aqueles que se posicionam nos setores progressistas da sociedade. E, ao terminar o ano de modo desolado e abandonada pelas centrais sindicais, trata-se de um importante resgate das lutas sociais que marcaram o país e garantiram direitos que melhoraram a vida de milhões de brasileiros.

"Através de todos os governos, com pausas menores durante governos reformistas que conseguem um ou outro acordo conciliador com o capital, a resposta da burguesia não mudou e jamais vai mudar. Tanto por meio de militares como políticos sempre haverá a repressão para o resguardo dos seus privilégios. A menos que o espírito da revolta, o autêntico, sem amarras nem condições e nem interesses de nenhum tipo prime de novo, como cem anos atrás", sintetizou.

Ainda a respeito da atual prostração frente a um governo largamente reprovado pela população, mas que consegue impor reformas cruciais para a vida de tantos, Pronzato destaca que nenhum dos grandes aparatos sindicais se prestou a fornecer apoio material a esta e outras produções que deveriam interessar.

"Como investigadores não contamos com a máquina do Estado (eu particularmente nem durante governos de centro-esquerda contei com ela, e hoje ficamos numa situação pior ainda) e nem com as estruturas e recursos de partidos e sindicatos para repercutir estes materiais. Contamos, sim, com apoios estruturais e às vezes até com pequenos apoios orçamentários para este tipo de obras políticas. Mas com um pouco mais de empenho e vontade política desses estamentos do Estado, filmes como os nossos, que pretendem intervir na realidade política, poderiam atingir mais facilmente os trabalhadores", observou.